

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº2 - 23 de agosto 2006

Educação integral em pauta em SP, GO, MG e SC

A educação integral foi tema de matérias e artigos em jornais de diversos estados do país. Todos pautados por evento promovido pelo Cenpec, Unesco e Fundação Itaú Social com educadores e gestores, realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo.

O *Jornal da Tarde* publicou três matérias sobre os debates do evento. O *Popular* (GO) – por meio de artigo da Secretária Estadual de Educação –, *Diário Catarinense* e *O Dia* (MG) destacaram experiências locais apresentadas no mesmo evento. *Tribuna do Planalto* (GO), apesar de não citar a sua realização, abordou o tema sob a ótica da educação em tempo integral, que possibilitaria uma formação diferenciada aos educandos. Na *Folha de S. Paulo*, a coluna *Tendências&Debates* publicou artigo de Antonio Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social, que defendia a existência de vários modelos possíveis para a educação integral.

De maneira geral, os textos partem do pressuposto que a educação integral é um conceito já definido, amplamente conhecido e defendido por educadores e pesquisadores. Este pressuposto, no entanto, não se sustenta – basta verificar que nos textos, a expressão “educação integral” é utilizada para designar ações diversas, como ampliação da carga horária, envolvimento com a comunidade, utilização dos espaços públicos vizinhos à escola, relação com organizações não governamentais e implantação de projetos pedagógicos diferenciados.

Seria muito importante que esta confusão em relação ao tema fosse abordada pela mídia, possibilitando ao público sua compreensão.

A ampliação da carga horária – que comumente também é associada ao conceito de educação integral – das escolas municipais de São Paulo foi pauta de reportagem e editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, que antecipou o anúncio da decisão da Secretaria Municipal de Educação. Os dois textos destacam que para que as crianças fiquem uma hora a mais na escola, a secretaria admitirá a possibilidade de aumentar o número de alunos por classe. E esse é o ponto central: em que medida a mudança anunciada realmente preocupa-se com a qualidade da educação oferecida, se permite que as classes das primeiras séries do ensino fundamental cheguem a ter 40 alunos?

Destaques

São raras as matérias sobre educação que utilizam como fonte o sistema de Justiça, ainda que se trate de uma instância fundamental na garantia do direito à educação. Por isso, nesta edição do *Ação na Mídia*, destacamos reportagem de *O Estado de S. Paulo* (“Creche e ensino infantil estão a passos lentos”, de 14 de agosto), de Aryane Cararo. O texto retoma acordo entre prefeitura de São Paulo e o Ministério Público para ampliação das vagas nas creches e ensino fundamental e aponta que o Executivo municipal ainda está longe de cumprir as metas com as quais se comprometeu. O texto seria ainda mais informativo se esclarecesse quais as conseqüências, para o gestor público, do não cumprimento do acordo com o Ministério Público.

Vale mencionar ainda reportagem do *Correio Braziliense*, assinada por Érika Klingl (“Gastos sem controle”, de 19 de agosto), que se apóia em informações do Tribunal de Contas da União – órgão autônomo com importante papel na fiscalização das políticas públicas. Não é a primeira vez que o jornal divulga com destaque as avaliações do TCU a respeito dos programas de educação do

governo federal. A matéria enfrenta temas bastante complexos, como o acompanhamento e a avaliação da eficácia dos inúmeros programas e projetos voltadas à educação na esfera da União.

além da pauta

Para mais informações sobre a importância do sistema de Justiça na efetivação do direito à educação, consulte, no site da Ação Educativa, o boletim OPA – Obstáculos de Possibilidades de Ação.

Estão disponíveis dados sobre o comportamento do Ministério Público e do Poder Judiciário com relação aos programas suplementares de ensino, ensino médio, educação de jovens e adultos, mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos e sistema nacional de proteção dos direitos humanos, além dos resultados de pesquisa sobre o comportamento do Judiciário Paulista.

